

A internacionalização e o programa Idiomas sem Fronteiras nas universidades estaduais: desafios e transformações

RESUMO

Marluce Fagotti de Paiva

marluce.fagotti@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-2961-3420>

Universidade Estadual de Londrina,
Londrina, Paraná, Brasil

Rosângela Aparecida Alves

ro.alvesbasso@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0003-2785-5028>

Universidade Estadual de Maringá,
Maringá, Paraná, Brasil

O processo de internacionalização do Ensino Superior tem sido pauta nas discussões nas agências internacionais, exercendo grande influência nas políticas educacionais nos países, principalmente, em desenvolvimento. Nesse viés, o Ministério da Educação lança o Programa Idiomas sem Fronteiras que, juntamente com a adesão das Instituições de Ensino Superior (IES), promovem ações para incrementar a internacionalização das IES no Brasil, colocando-o na lista dos países alinhados com as políticas educacionais propostas por tais agências. Este trabalho tem por objetivo apresentar os desafios e as transformações ocorridas desde a implementação até o término do programa em duas IES públicas estaduais do Paraná, as Universidades Estaduais de Londrina e de Maringá. Para tanto, as análises são baseadas no aporte teórico do ciclo de políticas de Ball (2017) e no processo de implementações dessas políticas proposto por Adams (2014) e Hudzik (2011). Os dados apresentados neste trabalho são de cunho documental. Os resultados sugerem que o processo de internacionalização proposto pelo programa não só fomentou uma nova cultura nas universidades por meio da apropriação de novos conhecimentos, mas também promoveu a conscientização do papel das línguas estrangeiras no processo da internacionalização. Este ganho se estende à pesquisa acadêmica, que obteve novo redimensionamento no alcance das universidades globalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Idiomas sem Fronteiras. Universidades estaduais. Internacionalização.

INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior é tida como um processo de integração de dimensão internacional, intercultural e global no que diz respeito aos objetivos, ensino, aprendizagem, pesquisa e serviços de uma universidade. Na prática isto quer dizer que as articulações das IES no contexto mundial ao adotar práticas e iniciativas abrem novos espaços para a projeção internacional e para a vinculação com redes acadêmicas, consolidando assim, valores como a cooperação e a solidariedade na cultura institucional, desta forma promovendo e ampliando as relações internacionais das universidades. Todavia, tal processo é um tema complexo e dependente das concepções e comprometimento de cada universidade.

Neste artigo, apresentamos um panorama da internacionalização baseado em seus conceitos e definições, considerando o ensino superior no cenário mundial atual e, em seguida daremos ênfase ao percurso das duas universidades no processo de implementação e legitimação do programa dentro das IES.

PANORAMA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Diante do processo da globalização da economia mundial e das modificações trazidas pelas tecnologias de informação na educação, a valorização do conhecimento tem sido pauta das políticas públicas internacionais, uma vez que a economia global não pode prosperar sem que haja um considerável investimento no capital humano por parte das nações. Por capital humano entende-se conhecimento, informação, ideias, habilidades e saúde dos indivíduos. Segundo Becker (1994, p.293), “estamos na era do capital humano”, uma vez que este capital é a mais importante forma de capital na economia moderna, e o sucesso individual e das economias de uma forma geral, depende de quão extensiva e efetivamente as pessoas investem em si próprias. Desta forma, a globalização, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a valorização da sociedade do conhecimento constituem novas relações entre países e suas economias, emergindo novas agendas, como a da internacionalização.

No cenário internacional, a Educação Superior (doravante ES) se tornou uma indústria transnacional em expansão, promovendo a mobilidade acadêmica entre fronteiras. Considerando a importância desse processo, e as peculiaridades e objetivos de cada um, os países têm buscado mecanismos para promover e viabilizar a internacionalização da Educação Superior. Nos países desenvolvidos, em resposta a pressão exercida pelo processo de internacionalização, as universidades têm expandido seus campi internacionalmente, e isto tem mudado o panorama nas IES nesses países (UNTERHALTER; CARPENTIER, 2010).

Sendo assim, o processo de internacionalização do Ensino Superior (ES) se dá de forma heterogênea e sob diversas perspectivas, desde uma visão da educação como bem rentável e mercadológico à uma visão de cooperação e compartilhamento de recursos. Dentre as formas de viabilizar esse processo, as IES ampliam os intercâmbios institucionais, a cooperação entre pesquisas e os

programas de ensino, na mobilidade docente e discente, nas redes de trabalho e na criação de estratégias pensadas nos contextos global e local. Porém, qualquer que seja a forma, o foco está no desenvolvimento do setor, e as IES fazem frente aos desafios da globalização e também atendem às demandas sociais locais. Ainda, apesar da internacionalização não se restringir apenas a mobilidade acadêmica, essa está sendo a forma de internacionalização mais visível e impactante nas IES. Sendo assim, o ES tem sido o campo de novas transformações e muitos desafios.

Com a globalização, o processo da internacionalização se torna parte da agenda em vários contextos, e na educação, especialmente no ES, as ações se expandem drasticamente em volume, em extensão e complexidade nas últimas duas décadas. Altbach e Knight (2007) afirmam que a globalização e internacionalização são facilmente confundidas. Contudo, os autores definem globalização como forças sociais, políticas e econômicas que têm levado o ensino superior a grandes demandas pertinentes ao século XXI, como ao envolvimento internacional crescente. Já internacionalização está relacionada com políticas e práticas realizadas por instituições acadêmicas ou sistemas educacionais para lidar com as exigências e demandas da globalização. Dentre as motivações para a internacionalização estão as relações comerciais, o conhecimento e a aquisição de idiomas, a integração dos currículos, além das econômicas.

Apesar de atual, o processo de internacionalização das IES, não é recente, principalmente na Europa Ocidental. No Reino Unido data de mais de 30 anos, com a comercialização de curso superior com a criação do programa *European Region Action Scheme for the Mobility of University Students - Erasmus*. Criado em 1987, o programa prevê o pagamento de taxas de frequência a estudante internacionais, tanto da Comunidade Europeia como em outras localidades do mundo.

Com a ascensão da internacionalização (KNIGHT, 2008; FINARDI, 2016; ABREU-E-LIMA; MORAES, 2016), as universidades, querendo participar de um espectro educacional mais amplo, devem promover, por meio de uma política linguística, vias para receber e enviar alunos do/para o exterior. Tais ações implicam, resumidamente, em preparar o apoio necessário para o aluno (*inbound/outbound*)¹ envolvido no processo de internacionalização, definir o idioma no qual o processo será executado e estudar a validação dos créditos, caso haja a necessidade.

Universidades ao redor do mundo, em busca de uma melhor qualidade na educação, iniciaram um processo de cooperação para desenvolverem estratégias para poderem juntas, atrair estudantes para seus campi. No Brasil, não é diferente, há uma busca à internacionalização de modo que as universidades se juntem à rede de instituições que recebem pesquisadores, professores e estudantes de todo o mundo (ABREU-E-LIMA; MORAES, 2016, p. 99). Este esforço implica em assegurar também àquele estudante que, impossibilitado de participar de uma mobilidade no exterior, possa usufruir do processo de internacionalização em casa, promovido por eventos e contatos dentro do campus, além de estruturar a demanda de se ensinar a língua portuguesa aos *inbounds*, como lógica do processo.

São várias as ações que podem colaborar para a ampliação da internacionalização de uma comunidade universitária; no entanto, muitas dessas

ações serão inócuas e não progredirão se não houver o aprendizado de uma língua estrangeira capaz de sustentar tais ações e um envolvimento institucional em prol do objetivo delineado. Sobre o uso de uma língua estrangeira na internacionalização e, ao fazer um recorte da língua inglesa neste processo, Finardi (2016, p. 22) se alinha ao pensamento de Blommaert e Bourdeau quando concordam em dizer que a “iniquidade linguística não está relacionada aos diferentes valores da língua em geral mas a alguns recursos, os quais chama de recursos móveis”. A autora ressalta que estes recursos seguem o predicado de seus usuários, ou seja, usuários socialmente móveis terão recursos mais móveis, já usuários socialmente marginais, terão seus recursos marginais. Assim, equidade no ensino das línguas estrangeiras, mais especificamente do inglês, em nosso país não promove uma ação positiva a todos que deveriam aprendê-la. Ela ainda reforça que a falta de qualidade nas aulas de inglês remete a um ensino em instituições particulares, as quais nem todos podem bancar financeiramente e afirma também que alunos que querem aprender a língua inglesa, estariam dispostos a pagar, caso pudessem (FINARDI, 2016, p. 27).

O PROGRAMA IDIOMAS SEM FRONTEIRAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

No cenário brasileiro, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicou em 2017 uma pesquisa intitulada “A internacionalização nas universidades brasileiras: resultados do questionário aplicado pela CAPES”, na qual apontou que o processo de internacionalização não é mais incipiente. O estudo apontou que apesar de ser de forma passiva, com baixa taxa e atração a profissionais internacionais, com o foco na mobilidade docente e discente ao exterior, o processo dentro das IES é bem dinâmico e profícuo. Por passiva, entende-se ações e criação de políticas de emissão de acadêmicos, especialmente professores-pesquisadores, a se formarem nos grandes centros em prol do desenvolvimento de uma elite intelectual, na perspectiva de esses influírem no processo de modernização de alguns setores (VUILLETET, 2005). Neste cenário, apesar de em algumas IES a internacionalização acontecer inicialmente por ações individuais e isoladas, por meio de projetos de ensino e extensão no âmbito institucional, algumas iniciativas governamentais foram implementadas a fim de impulsionar a internacionalização de forma mais homogênea. Programas governamentais voltados ao aprimoramento de idiomas e a formação docente inicial dos acadêmicos dos cursos de Letras são implementados nacionalmente. Neste sentido, ambos os governos federal e estadual, no caso do Paraná, instituem programas específicos para ampliar a proficiência capacidade linguística e a mobilidade dos docentes, discentes e técnicos administrativos nas IES.

No âmbito federal, em 2011 foi instituído, pelo decreto n. 7642, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que tinha por objetivos promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, concedeu mais de 101 mil bolsas de estudos no exterior (SARMENTO, 2016). Contudo, a falta de proficiência da língua inglesa dos alunos das universidades foi um dos desafios enfrentados pelas IES, restringindo uma efetiva mobilidade dos acadêmicos no CsF.

Diante disto, em dezembro de 2012, o MEC instituiu o Programa “Inglês sem Fronteiras” pela portaria nº 1446, com o objetivo principal de propiciar a formação presencial e virtual e a capacitação discente de graduação das instituições de educação superior em língua inglesa, tendo em vista contribuir para a aprovação dos acadêmicos nos exames de proficiência exigidos pelas universidades anglófonas que faziam parte do programa CsF. Este programa foi uma tentativa de propiciar o ensino da língua inglesa nas IES, ampliando as oportunidades de mobilidade de acadêmicos na graduação e na pós-graduação. Nesse sentido, o MEC, em uma ação conjunta com a CAPES, no âmbito do programa IsF, fez uma parceria com a plataforma online My ELT ou *My English Language Teaching*, plataforma da *National Geographic Learning*, conhecida como *My English Online* (MEO) para o ensino de inglês online, destinado aos alunos das instituições de ensino superior públicas e privadas.

Ainda, dentre as ações previstas pelo programa, primeiramente, foi feito o credenciamento das IES como centro aplicadores dos testes de nivelamento e de proficiência, no caso o TOEFL-ITP, facilitando o acesso da comunidade universitária aos exames para participarem do CsF. Depois, foi feito o credenciamento das IES no MEO, cursos online, e por último, como Núcleo de Línguas (NuLi-IsF), com cursos presenciais. O processo dos credenciamentos do IsF se deu primeiramente no âmbito das instituições federais. Em 21 de janeiro de 2013, a Secretaria da Educação Superior do MEC envia um ofício circular n.02/2013 aos reitores dos Institutos Federais e das Universidades Estaduais para que as IES fizessem o credenciamento de suas instituições com Centro aplicadores do teste de proficiência TOEFL - ITP.

Dando continuidade às ações de internacionalização das IES brasileiras, em novembro de 2014, o MEC instituiu o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), e esse teve por objetivo propiciar a formação e a capacitação em idiomas de estudantes, professores e corpo docente técnico-administrativo das Instituições de Educação Superior, e a formação de professores de língua inglesa, que atuariam como professores bolsistas no programa. Primeiramente, em 2014, esta política linguística credencia as IES Federais. Somente em 2017, o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) foi ampliado para as IES estaduais, sob a forma de credenciamento institucional feito por meio do edital nº 59/2017.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

O processo da internacionalização das IES não existe sem objetivos e propostas bem delineadas (ADAMS, 2014), ou seja, sem uma política linguística. Para Calvet (2007), as políticas linguísticas apresentam uma métrica de como as línguas podem ter um determinado status por meio de uma noção de um planejamento linguístico. Políticas linguísticas são ações planejadas que remetem a uma análise de uma determinada língua delimitando uma métrica para que essa língua alcance um outro status (CALVET, 2005). No caso de políticas linguísticas para a internacionalização, não há necessariamente uma mudança na língua materna, mas há uma percepção da necessidade de uma outra língua para que usuários, ou estudantes e pesquisadores do meio acadêmico possam interagir com pessoas e pesquisas de outros contextos.

Desse modo, e no que diz respeito à promoção das línguas estrangeiras, o IsF foi uma ação pontual do governo federal na promoção da internacionalização do ensino superior no Brasil, com cursos de alta qualidade e gratuitos aos alunos e servidores das IES cadastradas. Com edital de chamamento para as universidades estaduais a partir de setembro de 2017, esse programa fortaleceu o ensino e a promoção das línguas estrangeiras além de criar um ambiente e uma cultura da internacionalização no campus.

Cabe salientar que o IsF trouxe à tona a discussão sobre a importância da fluência em línguas estrangeiras no processo de internacionalização das IES e, portanto, a necessidade das IES em estabelecer uma política linguística visando o reconhecimento de tais ações no contexto acadêmico. Como menciona Ball (2017, p. 8), ao elaborar uma política linguística, deve-se atentar à linguagem, mas não na linguagem per se, mas na forma que a linguagem apresenta seu discurso e no privilégio de discursos em detrimento de outros. Para esse autor, uma política não deve ser tratada simplesmente como um objeto ou um produto, mas algo que está em processo, em andamento. É neste processo, no fluxo de andamento de ideias e ações que as políticas existem. Assim, as ideias das pessoas, os problemas no percurso, os resultados ou não satisfatórios da implementação de uma política linguística são características deste fluxo. Mesmo assim, as políticas são contestadas e interpretadas em diferentes arenas de prática, nos textos e nos significados daqueles que as criam. Elas são mediadas, apresentam resistência e são mal compreendidas e, em alguns casos, mostram-se até ineficientes (BALL, 2017).

Considerando as demandas emergenciais da internacionalização do ES, as demandas institucionais, e a necessidade de ampliação das ações inerente a esse processo (HUDZIK, 2011, p. 7), as Universidades Estaduais de todo país participaram do referido edital do MEC. No Estado do Paraná, sete IES são credenciadas no programa, vendo no IsF a oportunidade de impulsionar os números da mobilidade acadêmica e da produção científica no âmbito internacional. A participação no programa era baseada em critérios que abrangiam desde o número de alunos, cursos e funcionários à abrangência internacional das mesmas.

O IDIOMAS SEM FRONTEIRAS EM PROL DE UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO: O EDITAL 59/2017 DO MEC

Para além da oferta dos testes do TOEFL, o IsF tinha por meta a formação de professores de Língua Estrangeira, a capacitação linguística da comunidade acadêmica, por meio da oferta de cursos de Idiomas presenciais e online, bem como, atender as demandas dos estrangeiros no ensino de Português como Língua Estrangeira.

A participação das IES no programa dependeu do credenciamento dessas como Núcleo de Línguas do Idiomas sem Fronteiras (NuLi-IsF), com a oferta de aulas presenciais e online de Língua Inglesa, aplicação de TOEFL e aulas de Português como Língua Estrangeira (PLE). Primeiramente, em 2014, o programa credenciou as IES Federais e, somente em 2017, com a expansão do programa, o

MEC lança o edital 059/2017 da CAPES-MEC para as IES Estaduais e Municipais. Ao participarem do Edital 59/2017, as duas universidades, UEL e UEM, iniciam em seus campi um projeto de negociação para que este edital seja contemplado em sua plenitude. Isso se refere à criação do NuLi-IsF nas IES, o qual era vinculado ao número de idiomas nos cursos de Letras em cada Instituição. Cada IES poderia optar em ofertar apenas Língua Inglesa (NuLi-IsF Tipo 1), na oferta do inglês e de Português para Estrangeiros-PLE (NuLi-IsF Tipo 2) ou na oferta dos outros idiomas além de Inglês e PLE (NuLi-IsF Tipo 3). Isto se explica porque o Programa IsF é também um programa de formação docente de línguas estrangeiras para a capacitação de profissionais para a internacionalização.

Com isso em mente o credenciamento das IES como NuLi-IsF foi obtido devido às demandas apresentadas no projeto de proposição submetido ao MEC, por um período de quatro anos, com término previsto para agosto de 2021. Ainda, o número de professores-bolsistas dependia do número de alunos da IES inscritos na plataforma, *My English Online - MEO* (MEC) somados ao número de testes TOEFL-ITP efetivamente aplicados na ocasião do Inglês sem fronteiras.

As negociações ocorridas no momento do credenciamento das IES como NuLi-IsF dependeu do trabalho conjunto dos proponentes do projeto, professores em Letras em formação de professores, lotados nos Departamentos de Letras, os dirigentes dos escritórios de cooperação ou relações internacionais e reitorias de cada IES.

No caso da UEM, o credenciamento foi para um NuLi tipo 2 com a oferta de cursos de Inglês e de Português como Língua Estrangeira-PLE. No caso da UEL, o credenciamento foi de um NuLi tipo 3, que além do Inglês e Português como língua estrangeira, contou com a participação dos idiomas Espanhol e Italiano. Como previsto no edital, o governo federal custearia as bolsas do idioma inglês, enquanto os outros idiomas seriam custeados pelas IES.

No momento do credenciamento, as duas universidades, UEL e UEM, tinham mais de 9.000 alunos inscritos no MEO e próximo a 1.000 testes aplicados cada, o que resultou ao NuLi-IsF dessas universidades, o número de 6 bolsistas CAPES cada para oferta de cursos presenciais de Língua Inglesa. Também como previsto no edital, apenas os professores de Língua Inglesa e as coordenadoras Geral e Pedagógica de Inglês receberiam bolsa CAPES, sendo de responsabilidade da IES o pagamento de bolsa para os outros coordenadores e professores. Todo o processo de seleção, tanto dos bolsistas como dos voluntários foram segundo as normas estabelecidas pela CAPES, conforme editais publicados nas páginas do Departamento de Letras Modernas, do Escritório de Cooperação Internacional e do próprio NuLi. Por ser um programa de formação inicial e continuada de docentes de línguas estrangeiras, os processos seletivos eram mediante editais pré-estabelecidos pelo MEC.

O segundo item a ser contemplado no edital era um plano detalhado de formação pedagógica para os professores bolsistas atuantes do programa. Na UEL e na UEM optou-se por uma formação a partir de um embasamento teórico onde a percepção de que a língua é construída em um processo histórico de socialização marcado pelo uso de artefatos simbólicos, como a linguagem, e determinada por

dimensões culturais, e na concepção da língua como um processo dialógico, social e de interação verbal levando em consideração o processo de internacionalização como resposta acadêmica aos movimentos da globalização. Ainda, os bolsistas, durante sua residência pedagógica, teriam a chance de familiarizar-se com pressupostos teóricos de Internacionalização², Inglês como Língua Franca³; Inglês para fins acadêmicos⁴ e práticas de *co-teaching*⁵.

A terceira parte exigida pelo edital foi o compromisso de apresentar uma Política Linguística organizada pela universidade para apoiar sua política de internacionalização. Tal solicitação não implicava em enviar a política linguística dentro do prazo proposto pelo edital, 17/07/2017, mas que ela fosse pensada e preparada no prazo de um ano, a partir desta data. Assim, foram conduzidas discussões mais pontuais referentes a concepção de língua e internacionalização de cada IES. Na UEL, órgãos como Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a Assessoria de Relações Internacionais (ARI) foram mobilizados, e reuniões foram propostas com representantes de centros a fim de projetar o entendimento institucional de uma política linguística para a UEL. Na UEM, a política foi aprovada pelo Conselho Universitário (COU) após discussão com o Escritório de Convênios Internacionais (ECI), a Pró-reitoria de Ensino (PEN) e Pró-reitoria de pesquisa e graduação (PPG). Até o dia 31 de agosto de 2018, as propostas de uma Política Linguística institucional foram assinadas pelos reitores das duas instituições e enviadas ao sistema do programa.

OS IDIOMAS NO IsF

Considerando que o aporte financeiro oferecido pela CAPES contemplava bolsas para a oferta de Língua Inglesa, o financiamento de bolsas para os outros idiomas deveria ser uma contrapartida das IES. Dessa forma, os cursos dos outros idiomas dependeram de iniciativas voluntárias, tanto dos coordenadores pedagógicos quanto dos professores participantes no programa (alunos da graduação e dos programas de pós-graduação) das duas IES. Para além do Português para Estrangeiros, a oferta dos outros idiomas estava vinculada, como dito anteriormente, à existência do curso de Letras no referido idioma; por exemplo, na UEM, além do Inglês e do PLE, a oferta só poderia ser de cursos de Francês. No momento do credenciamento do NuLi-IsF na UEM, optou-se pela oferta do Inglês e de PLE devido às demandas mais emergentes, à existência de cursos de extensão de PLE no Departamento de Letras Modernas (DLM) e no Departamento de Língua Portuguesa (DLP), e à falta de recursos para os outros idiomas.

Todavia, como na UEM existiam projetos individuais de oferta de cursos de PLE atuando em duas frentes, uma para acadêmicos (DLM) e outra para imigrantes, (DLP), no início de 2018 o projeto de DLM, destinado aos acadêmicos, se integrou ao IsF, seguindo as normas estabelecidas pelo MEC. Já o projeto do DLP, criado mediante a comissão dos imigrantes, atenderia imigrantes e estrangeiros da comunidade externa, dentro e fora da UEM. No âmbito do IsF, no período de 2017 a 2019, foram ofertadas 17 turmas de PLE com um média de nove alunos por turma.

No que se refere à Língua Inglesa, o programa IsF na UEM teve uma abrangência muito maior, por ser este idioma o maior foco do programa. No período de 2017 a 2019, o NuLi-IsF ofertou 15 cursos, eram 192 turmas com 3.840 e 4.086 inscritos. O mapa de ocupação nas turmas e cursos ofertados apresentou uma média anual de 91%. Com esse resultado, a UEM apresentou o melhor desempenho com o menor índice de ociosidade dentre as universidades do Paraná: UEM, UEL, UNESPAR, UENP e UNIOESTE, que possuem NuLi-IsF, com base nos dados apresentados no relatório analítico parcial dos resultados alcançados pelos NuLi, no período de junho de 2017 a outubro de 2018, pelo Núcleo Gestor em Novembro de 2018.

Na UEL, portanto, o NuLi-IsF atendia as demandas locais. A oferta se deu, além de inglês e PLE, nos idiomas de Italiano e Espanhol. O italiano é composto por um corpo docente restrito e, desde sua adesão, pode ofertar somente uma turma deste idioma. Já o Espanhol, pode aproveitar o programa como campo de estágio, devido à dificuldade que tem enfrentado em encontrar campo de atuação após a crise da língua espanhola na rede pública de ensino. Apesar da rotatividade de professores, os voluntários, juntamente com o trabalho sério e dedicado da coordenadora pedagógica, conseguiram oferecer dez cursos, atendendo cerca de 200 alunos até maio de 2019. Vale a pena ressaltar que a procura do espanhol na universidade é de destaque, e as turmas ofertadas sempre apresentavam longas filas de espera. Da mesma forma, o Português como língua Estrangeira fez da sua atuação no programa uma oportunidade de divulgar e fortalecer o ensino e a formação docente para o ensino do PLE na universidade. Também com significativa rotatividade de professores, a seriedade e comprometimento da coordenadora pedagógica permitiram que fossem ofertados 8 cursos de PLE, atendendo cerca de 65 alunos estrangeiros da UEL e da comunidade externa.

AS AÇÕES DOS NUCLEOS DE IDIOMAS - NuLi

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES BOLSISTAS/VOLUNTÁRIOS

A formação docente sempre esteve no centro das discussões das agências internacionais quando o assunto é internacionalização. Nesse sentido, o Programa IsF, por ser diretamente relacionado à formação inicial e continuada dos profissionais de línguas estrangeiras, traz no seu bojo atividades metodológicas como preparação de material didático, preparação de cursos, monitorias online e presencial, além da regência em sala de aula.

Os seis bolsistas de inglês, em ambas IES, cumpriam 20 horas semanais para desempenhar todas as atividades exigidas no edital. Durante 20 meses de atuação do programa nestas universidades, foram ofertados cursos ou disciplinas com a produção do material didático conforme mostra tabela abaixo. Cabe salientar que as disciplinas eram ofertadas de acordo com a carga horária de 16, 32, 48 ou 64 horas, sempre com 4 horas semanais. Desta forma havia cursos de curta e média duração.

Tabela 1 - Quadro de Produção acadêmica do IsF da UEL e UEM

	UEL	UEM
Cursos Inglês	17	15
Cursos Espanhol	5	-
Cursos Português	5	5
Cursos Italiano	1	-
Livros	4	-
Apresentação em congressos	2	
Organização de eventos		1

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Tabela 2 - Cursos elaborados para o IsF na UEL e na UEM

LÍNGUA INGLESA	NÍVEL
1. Produção Oral: Entrevistas	B1/ B2
2. Produção Oral: Debates	B1/B2
3. Produção Oral: Interações Acadêmicas	A2
4. Compreensão Escrita: Artigos Científicos	A2
5. Compreensão Oral: Palestras e Aulas	B1/B2
6. Produção Escrita: Parágrafos	A2
7. Produção Escrita: Abstracts	B1/B2
8. Produção Escrita: <i>Essay</i>	B2
9. Exames de proficiência: Familiarização	A2/B1
10. TOEFL iBT: Compreensão Escrita	B1/B2
11. TOEFL iBT: Compreensão Oral	B1/B2
12. TOEFL iBT: Produção Oral	B1/B2
13. TOEFL iBT: Produção Escrita	B1/B2
14. TOEFL ITP: Estratégias	B1/B2
15. TOEFL ITP: Simulados	
16. Inglês para Fins Específicos: Área Jurídica	B2
17. Inglês para Fins Específicos: Saúde	B2
18. Inglês para Fins Específicos: Tecnologia	B2
19. Mobilidade Acadêmica Internacional: Primeiros Passos	B1/B2
20. Inglês como língua de Instrução para docentes	B2
21. Interações cotidianas	A0
LÍNGUA ESPANHOLA	NÍVEL
1. Competências Interculturais em Contexto Acadêmico de Língua Espanhola	A2
2. Espanhol para Acolhimento	A1
3. Espanhol para Eventos Internacionais	A2/B1
4. Competências Interculturais em Contexto Acadêmico de Língua Espanhola	A2
5. Bem-vindo ao Espanhol: Língua Internacional	A1
PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS	NÍVEL
1. Aspectos da cultura brasileira	B1
2. Leitura de Textos Acadêmicos	A1/A2
3. Leitura e produção de Textos	A2
4. Leitura e Produção de Textos em Situação de Imersão	A1
5. Familiarização com o exame Celpe-Bras	B1
LÍNGUA ITALIANA	NÍVEL
1. Introdução à língua e à cultura italianas para fins acadêmicos	A1

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nessa dinâmica, dentre os cursos ofertados pelos NuLi-IsF da UEM, os mais procurados eram os cursos preparatórios para o TOEFL, que em todas as ofertas tinham listas de espera, além de escrita acadêmica.

TESTES DE NIVELAMENTO E PROFICIÊNCIA

Como parte integrante do programa, a capacitação em língua estrangeira era compulsória e isto acontecia de duas formas: com o teste de nivelamento e o de proficiência. O primeiro teste era online, feito pela plataforma *My English Online*, pré-requisito para o acesso ao programa e o nível exigido para a participação nos cursos presenciais do IsF nas IES, era B2. O segundo teste era presencial, com a aplicação do TOEFL- ITP (*Test of English as a Foreign Language*) institucional. Cabe mencionar que o nível de inglês para a formação dos grupos leva em conta o Quadro Comum Europeu para Referências para Línguas, variando a nota do menor para o maior A1, A2, B1, B2, C1, C2, sendo A1, o menos proficiente e C2 o mais proficiente.

MY ENGLISH ONLINE (MEO) – OS CURSOS ONLINE

Para ter acesso aos cursos presenciais ofertados nos NuLis-IsF, os acadêmicos tinham que ter um nível de proficiência equivalente a B2. Para alcançar esse nível, o MEC disponibilizou uma plataforma online MEO (*My English Online*). Esta plataforma atende somente à língua inglesa e tem dois objetivos claros. O primeiro objetivo era o de fornecer um curso online completo, desde o nível básico até o avançado; o segundo era o de servir como testes de nivelamento para os alunos que queriam frequentar os cursos presenciais. Esses cursos eram disponibilizados em cinco níveis.

No que se refere aos cursos online pelo MEO, os alunos tinham acesso a cinco diferentes níveis além de planejamento estratégico para desenvolverem os cursos, cronograma e tutoria online. Os cursos contemplavam todas as habilidades linguísticas, e os alunos faziam dois *progress tests* (teste específicos dos conteúdos estudados) e um *final test* (Teste que avalia o conteúdo geral do nível em questão). Quando os cursos eram os preparatórios para os exames internacionais, havia um simulado para cada preparatório (TOEFL, FCE e CAE) com certificados para cada conclusão de curso. Nesse sentido, até o início de 2019, ambas as IES tinham cerca de 17 mil estudantes cadastrados no MEO. Como dito anteriormente, o número de alunos no MEO foi parâmetro para a classificação e número de bolsistas nas IES.

APLICAÇÃO DE EXAMES TOEFL ITP E TOEIC BRIDGE

A métrica adotada pelo programa Idiomas sem Fronteiras foi a herdada do Programa Ciências sem Fronteiras (ABREU-E-LIMA; MORAES, 2016, p. 107). Ao fazerem parte do rol de 184 universidades que se credenciaram como centro aplicador desses exames, a UEL e a UEM aplicaram juntas 3.145 TOEFL ITP e 24 exames TOEIC BRIDGE. Essas aplicações foram divididas em duas etapas. A primeira, quando as universidades eram apenas centro aplicador de TOEFL ITP, até

2016, e o segundo período, de 2017 a 2019, quando as universidades se tornaram NuLi e faziam as aplicações atrelando os testes às turmas de preparatório para o exame. No âmbito do NuLi-IsF, a UEM ofertou 921 vagas para o teste TOEFL-ITP, tendo uma ocupação de 94% das vagas, e com 80% de comparecimento e 1.439 testes corrigidos. O nível obtido pelos acadêmicos da UEM apresentava o predomínio de três níveis, o B1(38%), A2 (33%), B2 (25%) e C1 (4%). Para a UEL, houve 1.945 testes corrigidos, e o nível predominante também era o B1(33%), seguido de B2(31%), A2 (26%) e A1 e C1 (5%) cada.

A aplicação rotineira de testes TOEFL-ITP, em ambas as IES, incrementou o reconhecimento da importância do idioma e, conseqüentemente, a procura do mesmo, promovendo ações de internacionalização dentro de cada IES.

A GESTÃO DO PROGRAMA

A inclusão das IES estaduais no programa IsF, ocorrida em meados de 2017, revela diferenças entre essas IES e as IES federais. O primeiro ponto a ser mencionado é a falta de verba para custeio de materiais e eletrônicos que colaboravam sobremaneira com o desenvolvimento do programa na instituição. Nas universidades estaduais, esta verba fica condicionada às IES, e isso compromete os NuLis com relação à sua performance, já que tal recurso nem sempre estava disponível. Sendo assim, no caso da UEL e da UEM, os NuLis foram alocados no espaço cedido pelo Centro de Línguas e pelo Departamento. O custeio de material permanente era de responsabilidade ou do Escritório de Cooperação Internacional ou do Departamento de Letras, assim como as verbas para a participação nos eventos.

De acordo com os estudos preliminares durante o credenciamento dos NuLis, a expectativa era de ofertar 450 vagas da UEL e 360 na UEM, em um universo de cerca de 20 mil supostos alunos divididos entre alunos de graduação e pós-graduação, técnicos e professores. No caso da UEM, no início foram ofertadas 18 turmas com 20 vagas cada, mas com o passar do tempo, a dinâmica da oferta foi se adequando conforme a necessidade da IES, e assim as ofertas eram programadas e pensadas para atender a demanda local. Desse modo, a UEM obteve uma média anual de 91% de ocupação nas turmas preenchidas. Já na UEL a média de ocupação das turmas girava em torno de 55%.

É nesta realidade que surge o professor gestor, que inicia um processo de engajamento político profissional com o intuito de divulgar não somente as aulas de línguas estrangeiras, mas também, a proposta de internacionalização que começa a tomar forma no meio acadêmico.

Dentre as diversas ações dos NuLis em prol da divulgação e importância da proficiência em Língua Inglesa, as IES assinaram um acordo entre os NuLis e a Secretaria Municipal de Educação. A SEED teve a participação dos professores de Língua Inglesa, cerca de 155 cadastrados no site e que puderam participar das ofertas dos cursos direcionados à formação continuada dos professores em serviço. A realização de eventos acadêmicos sobre internacionalização no início dos anos letivos de 2018 e 2019 teve por objetivo a conscientização da importância

do idioma, a abrangência dos escritórios de relações internacionais relacionadas às oportunidades de aprender inglês e aos convênios de cada IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES

Em consonância com as políticas educacionais e as exigências das agências internacionais em prol da internacionalização do ensino superior, o Programa IsF teve um papel de extrema relevância dentro das IES. Nos contextos elencados neste artigo, o credenciamento do NuLi-IsF trouxe, para além dos desafios, muitas transformações nas esferas acadêmica e gestoras. Foi sem dúvida desafiador implementar um programa de governo que esteve a mercê dos entendimentos e prioridades do Estado e das IES. Apesar do discurso politicamente correto da internacionalização dentro das IES, o programa IsF sofreu uma ruptura pelo novo governo, que reduziu a abrangência das ações e das conquistas alcançadas nos 20 meses de realização. Tal cancelamento do programa não levou em conta os resultados alcançados pelo IsF no seu período de existência nem nas IES federais, muito menos nas IES estaduais. O desafio não estava apenas no âmbito financeiro para a manutenção, mas no próprio reconhecimento da importância do programa no espaço acadêmico. Todos os envolvidos: acadêmicos, professores gestores, bolsistas, no caso das estaduais, ergueram uma bandeira e lutaram para alavancar a internacionalização. Cabe salientar que enquanto o programa foi financiado pela CAPES, as IES cumpriam o acordado no credenciamento; porém, após o corte das bolsas, ocorrido em abril de 2019, a programa ficou exclusivamente a cargo das IES. Isso enfraqueceu o IsF, uma vez que o mesmo passou a depender do suporte financeiro exclusivo de cada IES. Nesse sentido, o perfil do IsF mudou e assumiu outros enfoques. Sem o financiamento de bolsas para o curso de Inglês, o IsF passou a atuar exclusivamente com os cursos de PLE e outros idiomas, pois esses, desde o início do programa, foram de caráter voluntário ou financiado pela IES.

Houve, portanto, o fortalecimento de cursos de Português para Falantes de outros idiomas. No caso do PLE, existe uma demanda acadêmica, afinal, dentro do processo de internacionalização, é previsto o intercâmbio de estrangeiros dentro das IES brasileiras. No mais, a demanda social com a vinda dos imigrantes, proporcionou um aumento significativo, alterando a configuração escolar não só nas universidades, mas também na rede de ensino básico. Além das questões de internacionalização do ensino superior, o IsF abarcou a responsabilidade de formação dos professores da rede pública para atender os filhos de imigrantes. Isso configurou um novo desafio, pois o ensino do PLE no âmbito do IsF era de caráter voluntário, o que muitas vezes não conseguia atender as demandas exigidas.

Vale mencionar que durante a existência do programa, as IES tinham que lidar com a permanência dos alunos dos cursos. Todavia, esse é um desafio eminente no contexto acadêmico nos diversos níveis. Cada IES tinha que mensurar as demandas ao propor os cursos na tentativa de minimizar a evasão.

As transformações ocorridas dentro das IES foram significantes e tendem a progredir. A começar pela própria institucionalização de uma política linguística fundamental para a internacionalização. Outro ponto enriquecedor foi a formação

docente dos profissionais de línguas estrangeiras. O IsF ampliou o campo de estágio ou residência docente, melhorando a formação docente dos acadêmicos de Letras, pois esses preparavam cursos, elaboravam materiais, além de atuarem nas aulas presenciais e nas plataformas online em contextos reais de sala de aula. Todas essas experiências contribuíram sobremaneira na formação profissional dos envolvidos.

Outro ganho das IES advindo do Programa foi a ampliação dos centros aplicadores dos exames de proficiência TOEFL. Com isso, as IES participantes do programa passaram a ser, por meio dos NuLi-IsF, centro aplicadores. A aplicação dos testes internacionais nas IES foi de muita valia tanto para as IES como para os acadêmicos, pois estes podiam, além de se prepararem para o teste, também fazerem testes sem custos, o que para muitos acadêmicos era uma barreira, devido ao alto custo dos mesmos. Para as IES, saber e melhorar o nível linguístico de seus alunos é fundamental no processo de internacionalização.

Considerando os objetivos do Programa IsF para promover ações em prol de uma política linguística para a internacionalização da Educação Superior, o programa teve como foco primordial a formação docente, pois proporcionou a residência docente dos alunos dos Cursos de Letras em formação inicial e continuada, que desde o seu início, ampliou campos de estágio, como prevê a política linguística da IES. Capacitou linguisticamente, no nosso caso, em Inglês, docentes, discentes e técnicos administrativos. Ampliou as possibilidades de ofertas de disciplinas em Língua Inglesa com cursos voltados aos docentes de *English as A Medium of Instruction - EMI*. Dessa forma, todas as três frentes em que o programa atuou contribuíram na capacitação acadêmica e profissional para melhor atender as demandas do cotidiano acadêmico rumo à internacionalização.

Internationalization and the Language without Borders Program in state universities: challenges and transformations

ABSTRACT

The process of internationalization of Higher Education has been the subject of discussions in international agencies, which had great influence on educational policies, especially in developing countries. In this regard, the Ministry of Education (MEC) launches the Language without Borders Program (LwB), which together with the accession of higher education institutions (HEIs), promotes actions to increase the internationalization of HEIs in the country, placing Brazil on the list of countries aligned with the educational policies proposed by such agencies. This work aims to present the challenges and transformations occurred during its implementation until the end of the program in two public State HEIs of Paraná - the State Universities of Londrina and Maringá. The analysis is based on the theoretical contribution of the Ball Policy Cycle (2017), as well as the implementation of these policies found on Adams (2014) and Hudzik (2011). Data presented in this work are documentary in nature, and the results suggest that the internationalization process proposed by the program fostered a new culture in these universities through the appropriation of new knowledge, as well as the awareness of the role of foreign languages in the process of internationalization of higher education institutions and academic research, thus resizing the scope of universities globally.

KEYWORDS: Language without Borders. State universities. Internationalization.

La internalización y el programa de Idiomas sin Fronteras, en las universidades estatales: desafíos y transformaciones

RESUMEN

El proceso de internacionalización de la Educación Superior ha sido objeto de debates en organismos internacionales, ejerciendo una gran influencia en las políticas educativas en los países, especialmente en países en desarrollo. En ese sentido, el Ministerio de Educación lanza el Programa Idiomas sin Fronteras que, junto a la adhesión de las Instituciones de Educación Superior (IES), promueve acciones para fomentarla internacionalización de las IES en Brasil, colocándolo en la lista de países alineados con las políticas educativas propuestas por dichas agencias. Este trabajo tiene como objetivo presentar los desafíos y las transformaciones que ocurrieron desde la implementación hasta el final del programa en dos IES públicas estatales en Paraná, las Universidades Estatales de Londrina y Maringá. Para eso, los análisis se basan en la contribución teórica del ciclo de política de Ball (2017) y en el proceso de implementación de estas políticas propuestas por Adams (2014) y Hudzik (2011). Los datos presentados en este trabajo son de naturaleza documental y los resultados sugieren que el proceso de internacionalización propuesto por el programa ha fomentado una nueva cultura en las universidades a través de la apropiación de nuevos conocimientos, y de la conciencia del papel de las lenguas extranjeras en el proceso de internacionalización de las instituciones educativas. La educación superior y la investigación académica redimensionan el alcance de las universidades a nivel mundial.

PALABRAS-CLAVE: Idiomas sin Fronteras. Universidades estatales. Internacionalización.

NOTAS

- 1 Alunos intercambistas que vão para outros países e alunos intercambistas que vem de outros países.
- 2 KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil - The Changing World of Internationalization**. Global Perspectives of Higher Education. The Netherlands: Sense Publisher, 2008. v. 13.
- 3 GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. (Org.). **Inglês como Língua Franca: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- 4 JORDAN, R. R. **English for Academic Purposes: a guide and resource for teachers**. London: Cambridge University Press, 1997.
- 5 BACHARACH, N.; HECK, T. W.; DAHLBERG, K. Co-Teaching In Higher Education. **Journal of College Teaching & Learning**, v. 5, n. 3, March 2008.

REFERÊNCIAS

- ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES, W. B. Languages without Borders Program (LwB): building a Brazilian policy for teaching languages towards internationalization. In FINARDI, K. R. **English in Brazil: views, policies and programs**. Londrina: Eduel, p. 230, 2016.
- ADAMS, P. **Policy and Education**. Foundations of Education Studies. New York: Routledge, p. 180, 2014.
- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The Internacionalization in Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n.3-4, Fall/Winter, p. 290-305, 2007.
- BACHARACH, N.; HECK, T. W; DAHLBERG, K. Co-Teaching In Higher Education. **Journal of College Teaching & Learning**, v. 5, n. 3, March 2008.
- BALL, S. J. **The Education Debate**. Bristol: Policy Press, p. 257, 2017.
- BECKER, G. S. **A Theoretical And Empirical Analysis, With Special Reference To Education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, p. 402, 1994.
- CALVET, L. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola, p. 167, 2007.
- CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, p. 212, 2003.
- FINARDI, K. R. **English in Brazil: views, policies and programs**. Londrina: Eduel, p. 230, 2016.

GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. (Org.). **Inglês como Língua Franca: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 311, 2011.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive Internationalization**. Washington DC: NAFSA Association of International Educator, p. 44, 2011.

JORDAN, R. R. **English for Academic Purposes: a guide and resource for teachers**. London: Cambridge University Press, 1997.

KNIGHT, J. **Higher Education in Turmoil - The Changing World of Internationalization**. Global Perspectives of Higher Education. The Netherlands: Sense Publishers, v. 13, p. 37, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital Nº 59/2017**. Edital de chamada pública para credenciamento de universidades estaduais e municipais para atuação como núcleo de línguas (NuLi-IsF) no âmbito do programa idiomas sem fronteiras. Disponível em http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital59_ChamadaEstaduais.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

SARMENTO, S.; ABREU-E-LIMA, D. M.; MORAES, W. B. (Org). **Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 315, 2016.

UNTERHALTER, E.; CARPENTIER, V. **Global inequalities and Higher Education – Whose Interests are we serving?** London: Palgrave, 2015.

VUILLETET, G. **Comparaison internationale des politiques d'accueil des étudiants étrangers: quelles finalités? Quelles moyens?** Avis et Rapports du Conseil Economique et Social, Paris, n. 24, p. 185, 2005.

Recebido: 1 maio 2020

Aprovado: 11 ago. 2020

DOI: 10.3895/rtr.v5n0.12180

Como Citar: PAIVA, M. F.; ALVES, R. A. A internacionalização e o programa Idiomas sem Fronteiras nas universidades estaduais: desafios e transformações. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, e2012180, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Marluce Fagotti de Paiva
marluce.fagotti@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

